



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº nº 4720/**MAP** – 30 Junho 09

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência **S/comunicação de** **N/referência** **Data**

ASSUNTO: **RESPOSTA PERGUNTA N.º. 843/X/4ª**

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º. 3760 de 29 do corrente, do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Pe'l'A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

SMM



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Ministro
dos Assuntos Parlamentares

c/c – Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a Secretária
de Estado dos Transportes

N/Refª 3760/2009
Lisboa, 29 de Junho de 2009

Assunto: **Pergunta nº 843/X/4ª - AC do Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) – Terminal de Contentores de Alcântara – Negociações entre o Governo, a Câmara de Lisboa e a Liscont/Mota Engil**

Exma. Senhora,

Com referência ao assunto em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, na sequência de informação prestada pela Senhora Secretária de Estado dos Transportes, de dar nota do seguinte:

1. As preocupações da integração do Porto de Lisboa, em particular do Terminal de Contentores de Alcântara com a cidade de Lisboa foram, desde o início, parte relevante do processo de decisão, como se demonstra, pelo facto de, por iniciativa do Governo em articulação com a APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., e a REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E., se ter incluído no Projecto não apenas a solução de acessibilidade ferroviária ao Porto mas igualmente de ligação para passageiros da Linha de Cascais a Campolide, aspecto considerado por todos fundamental para a melhoria da mobilidade na área da Grande Lisboa e para a alteração dos hábitos de mobilidade e promoção do transporte público e, conseqüentemente, para o aumento da qualidade de vida na cidade de Lisboa.

Note-se ainda que nas Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário (OESMP), apresentadas publicamente em Dezembro de 2006, estabeleceu-se uma nova abordagem e ambição para todo o sector, enfocando o trabalho das Administrações Portuárias no negócio portuário e na rentabilização dos investimentos e infra-estruturas existentes e determinou-se, como vector de desenvolvimento estratégico, a melhoria da integração territorial e urbana dos portos com as cidades e regiões em que se inserem.

Foram assim precisamente as preocupações relativas à integração do Porto de Lisboa na Cidade de Lisboa que levaram a que, em Janeiro de 2008 e por iniciativa do Governo, tivesse sido assinado um Protocolo entre o Governo e a Câmara Municipal de Lisboa



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

(CML) com vista à fixação e concretização da forma de passagem das áreas identificadas da frente ribeirinha de Lisboa para a gestão da Autarquia.

Neste Protocolo fez-se ainda a identificação de várias áreas sobre as quais estão em curso estudos que determinarão a sua configuração e utilização portuária futura, em particular da “b) A área abrangida pelo estudo de reordenamento do terminal de Alcântara, incluindo o nó ferroviário” cuja vocação portuária estava amplamente reconhecida.

A prossecução do interesse público nacional - que norteou a actuação do Governo nesta matéria -, como não poderia deixar de ser, nomeadamente ao nível da estratégia nacional de competitividade, dos transportes e da logística deve, se necessário, poder sobrepor-se às solicitações de uma parte do território e da população.

2. A CML foi, em devido tempo, informada, consultada e envolvida do desenvolvimento do projecto. Aliás, como já referido, o “Protocolo de Intenções Entre o Estado Português e o Município de Lisboa relativo à Frente Ribeirinha de Lisboa” assinado também pela CML em Janeiro de 2008 consolidava a área do Terminal de Contentores de Alcântara como zona de actividade portuária em expansão.
3. Face aos interesses públicos em presença, o Governo e a APL procuram, como sempre o fizeram, encontrar soluções equilibradas de mútua vantagem para as partes envolvidas.

Desde que não seja posta em causa a essência do projecto e que haja vontade de todas as partes envolvidas, é possível encontrar no âmbito do contrato em vigor soluções que procurem acomodar as preocupações de todos os envolvidos.

4. Os eventuais reequilíbrios resultantes da realidade dos projectos a desenvolver, sobretudo para o Vale de Alcântara, terão adequado tratamento em sede negocial e contratual sem que se antevejam novas contrapartidas.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

Guilherme Dray